



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas “terras comunitárias”. Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

Geotecnologias como fonte de entendimento geográfico e cartográfico sobre a questão das comunidades tradicionais na Amazônia

Autoria: Luciana dos Santos Tabosa da Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará), Luciana dos Santos Tabosa da Silva Luana dos Santos Tabosa da Silva Mozart dos Santos Silva

Os acelerados processos de transformações socioespaciais que desenham a Amazônia, convergem cada vez mais em uma formação de territórios com acúmulos de capital e work como indica Becker (2006), algo ocasionado em contextos da cartografia e da geografia, os quais compartilham elementos sociais e ambientais em diversas escalas. Tais elementos se refletem em políticas governamentais e em relação a transformações espaciais, cujos efeitos, como conflitos sociais, ambientais, disputa por terra, dentre outros se estendem em praticamente todas as localidades da região. Em se tratando de projetos de infraestrutura ou de amplos sistemas de objetos, os quais moldam a economia da Amazônia em fluxos fixos, que atingem de modo direto os povos e comunidades tradicionais, influenciando no território e no modo de vida, pois tal organização está ligada ao Estado e às grandes empresas, em específico ao funcionamento no ambiente rural, que culmina na produção de fluxos e na transformação da natureza em commodities (Lima; Costa Silva, 2007). Diante desse processo, tem-se a questão do estudo da vulnerabilidade que esses povos e comunidades tradicionais vêm sofrendo, necessitando do ensinamento acerca da cartografia social e socioambiental dos mesmos, advindo das dimensões sociais, geopolíticas, culturais e econômicas, uma vez que se tem a complexidade das interações desses grupos com o meio natural, segundo Cutter (2011). Mediante a tais processos, o uso das geotecnologias (Sistemas de Informações Geográficas ? SIG?s, técnicas de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto) torna-se importante para a identificação de tais espaços ocupados por esses povos e comunidades tradicionais para a asserção territorial (COLI, 2010). A utilização de dessa ciência dispõe-se da inclusão do ponto de vista das populações acerca da técnica de produção



cartográfica, uma vez que permite aos povos e comunidades a produção do entendimento espacial coletivo em relação ao território, nessa perspectiva a ocupação é vista como um gerador de raízes e identidade.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: